

## **Roda de Conversa: Política Externa Brasileira**

### **Documento Síntese – Versão 1**

**Local do Evento:** São Paulo

**Data:** 10 de abril de 2014

**Horário:** 14:30 – 17:30

#### **Expositores:**

**Camila Assano:** Realizou sua graduação em Relações Internacionais e mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP). Enfoque na atuação profissional e pesquisa em temas relacionados a direitos humanos, organizações internacionais e política externa, com especial atenção aos países do chamado Sul Global. Coordenadora do Projeto de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas Direitos Humanos. Professora de Relações Internacionais na FAAP em São Paulo desde 2010.

**Eduardo Viola:** Bacharel em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires, e realizou Mestrado em Sociologia na UNICAMP, Doutorado em Ciência Política pela USP e Pós-Doutorado em Economia Internacional pela University of Colorado em Boulder. É Professor Titular de Relações Internacionais na UnB e coordenador da Rede de Pesquisa em Relações Internacionais e Mudança Climática.

**Eduardo Felipe Matias:** É Doutor em Direito Internacional pela USP, onde também se graduou. Fez Pós-Doutorado pela IESE Business School, na Espanha, mestrado em Direito Internacional pela Universidade de Paris II Panthéon-Assas e foi visiting scholar na Columbia University, em Nova York. É professor convidado do curso de Pós-Graduação em Direito do Comércio Internacional do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) e foi professor de Pós-Graduação em Direito Empresarial Internacional da FAAP e Diretor da Escola de Direito da Universidade Anhembi Morumbi.

#### **Moderador:**

- João Paulo Capobianco: Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS.

#### **Presentes:**

Conselheiros do IDS: João Paulo Capobianco.

Equipe do IDS: Daniela Ades, Fabio de Almeida Pinto, Felipe Staniscia e Juliana Cibim.

#### **Convidados**

Ana Carolina M. Azes  
André Wongtshtowski  
Daniel Tremel  
Gláucia Barros  
Guilherme Checco  
Savana Pires  
Roberta M. Rocha

#### **Presentes:**

Rodenick Jordão  
Thais Costa  
João Paulo Freitas  
José Eli da Veiga  
Laura Wairbich  
Nancy Thame

## INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) promoveu, no dia 10 de abril de 2014, a Roda de Conversa sobre Política Externa Brasileira, visando subsidiar a construção de diretrizes e propostas para o tema, no âmbito do eixo “*Política Externa para o Século 21*”, da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável. O evento, mediado por João Paulo Capobianco, presidente do IDS, contou com exposições de Camila Assano, coordenadora do Projeto de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas Direitos Humanos; Eduardo Viola, professor-titular de Relações Internacionais na UnB, e Eduardo Matias, mestre em Direito Internacional e sócio da Nogueira, Elias, Laskowski e Matias Advogados.

Camila Assano ressalta que é fundamental discutir política externa, pois ela é, embora tenha suas especificidades, uma política pública. Assim, num Estado democrático de direito ela deve ser passível de mecanismos de controle, de um espaço formal de participação da sociedade civil, a fim de obter maior transparência e clareza na estratégia adotada pelo corpo diplomático. Por sua atuação, a expositora tratará, principalmente, do posicionamento brasileiro ambivalente em temas pertinentes aos direitos humanos.

Eduardo Viola, Professor da UnB, fará uma revisão crítica da política externa brasileira nos últimos anos. Sua fala será marcada por uma análise do MERCOSUL, das ambições brasileiras, seus objetivos, obstáculos, erros e uma miríade de outros temas de extrema relevância a política externa nacional. Viola apresenta os principais problemas da política externa do Brasil em 2014 e debaterá sobre cada ponto:

- 1- Isolamento crescente das cadeias globais de valor, não participação em tratados plurilaterais de livre comércio.
- 2- Crise profunda do Mercosul
- 3- Visão do mundo simplistamente dividido em Norte/Sul que não se corresponde com a realidade.
- 4- Subestimação da centralidade de EUA
- 5- Sobre-estimação da ascensão chinesa
- 6- Priorização errada da reforma do Conselho de segurança da ONU
- 7- Apoio ou omissão de crítica a regimes autoritários e precária defesa dos direitos humanos, não correspondente com uma sociedade democrática.
- 8- Ilusão sobre as capacidades do Grupo BRICS
- 9- Posição conservadora na política climática internacional (aliança G77 e BASIC) e em geral na governança ambiental global.
- 10- Posição conservadora nos G20: resistências ao avanço da governança global.
- 11- Acomodação a uma inércia de inserção no mundo que leva a economia a depender excessivamente da exportação de commodities.
- 12- Insulamento corporativo do Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, Eduardo Felipe Matias analisará a inexorabilidade de duas tendências do sistema internacional que o Brasil vem enfrentando profundas dificuldades para compreender e absorver, a saber, a globalização e a sustentabilidade.

Em suma, a roda de conversa e as propostas depuradas dela e aqui distribuídas são fundamentais para se compreender os desafios que se apresentam ao país e na explicitação de como o tema é fundamental para se compreender e sanar problemas domésticos crônicos.

## **PARTE I – Exposições**

### **Camila Assano**

A expositora relata a recente importância atribuída à política externa e inicia sua exposição refletindo acerca das razões que levam uma organização não-governamental de direitos humanos, como a Conectas Direitos Humanos, a se dedicar à política externa.

O primeiro motivo é que a política externa, para ela, é uma política pública, pois “nos inserimos num Estado democrático de direito”. Obviamente que a temática tem especificidades, mas isso não retira a necessidade da sociedade trazer à discussão o tema, contribuindo, assim, para a democracia no Brasil.

O tema começa a ser debatido inclusive nas eleições, embora o projeto de política externa não seja determinante para a definição do voto, já é importante para reconhecer diferenças nesse projeto de candidato para candidato.

O momento é de discutir as razões do insulamento do Itamaraty na condução da política externa. Assim, no campo da transparência, o Itamaraty acabou de concluir os chamados “Diálogos de Política Externa”, foi uma oportunidade de que diferentes setores se debruçassem sobre o tema, com a “chancela” do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Houve também o anúncio do lançamento do “Livro Branco da Política Externa Brasileira”, obra fundamental para a explicitação das linhas de atuação e estratégias utilizadas e priorizadas da política externa brasileira. O próprio Chanceler firmou um compromisso público para lançar o livro ainda em 2014.

Nesse contexto de busca por maior transparência, a Lei de Acesso à Informação deve ser imbuída na lógica da política externa. A lei deve ser usada para se obter informações importantes no tema, entretanto, o MRE ainda é refratário à ela, a despeito do trabalho intenso que esteja sendo feito.

O ex-Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota dissera que haveria um espaço formal de participação da sociedade na política externa, e o atual Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado endossou o anúncio. O simples posicionamento desses membros do corpo diplomático brasileiro já representa por si só um salto significativo, pois agora haverá um espaço formal de participação e prestação de contas.

A segunda razão para a participação da Conectas é que o sistema internacional pode contribuir para a melhora da situação dos direitos humanos no país. Isto é, a pressão internacional teve um peso muito importante para dismantelar a ditadura brasileira e o apartheid sul-americano. O exemplo mais recente é a visibilidade dada ao Presídio de Pedrinhas, no Maranhão. Em outras palavras, o sistema internacional de direitos humanos é constituído pelas instituições com mandatos de direitos humanos, as decisões que emanam desses órgãos têm impacto, tanto nos espaços multilaterais, como nas novas coalizões como os BRICS<sup>1</sup>.

Embora atualmente diga-se que estamos num período de retração internacional da diplomacia brasileira, tanto do ponto de vista público, como abertura de embaixadas, como privada, com a participação de empresas brasileiras internacionalmente, a ideia é monitorar as posições do Brasil em todos esses âmbitos: quais são suas posições? Como ele atua nas relações bilaterais? Vê-se ambiguidade na posição brasileira, é sempre preciso pensar quais são os cálculos adotados pelos expoentes da política externa nacional, sendo que, algumas vezes, esses cálculos favorecem regimes que ignoram questões de direitos humanos, sem mencionar a opacidade da estratégia apresentada pelo país. Portanto, há, claramente, um custo político reduzido na temática, se comparado a outros, como economia, por exemplo; permitindo tal conduta.

Por fim, a expositora ressalta que o Brasil é um ator protagonista e, mesmo em direitos humanos, o país é credenciado para atuar de maneira exemplar na área. A capacidade do Brasil em identificar problemas é ótima, mas naquilo que diz respeito à sua capacidade de propor soluções, o país é coadjuvante. A Conectas visa induzir o próximo passo, ou seja, fazer o Brasil avançar e propor, não só identificar problemas.

### **Eduardo Viola**

Viola comenta que fará uma reflexão crítica da política externa brasileira.

---

<sup>1</sup> BRICS é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores, o grupo BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China, e a África do Sul, que juntos formam um grupo político de cooperação.

O primeiro problema é o isolamento do Brasil das cadeias globais de valor. Uma dimensão fundamental é a participação nestas cadeias, isto é produto das políticas dos últimos doze anos, levando o Brasil à posição de refém do MERCOSUL, sem avançar nos tratados bilaterais ou multilaterais de livre comércio, ante o declínio da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O momento é chave por dois tratados multilaterais, entre União Europeia e EUA e a Aliança Transpacífico. De maneira que, se os acordos avançarem, o Brasil pode ter sua posição ainda mais comprometida. Vale dizer que suas cláusulas são compatíveis com os valores do Instituto Democracia e Sustentabilidade, segundo Viola.

O MERCOSUL passa por uma crise profunda, o acordo foi o fim da rivalidade Brasil e Argentina, sendo que a polarização nos anos 60 do século XX era comparável à rivalidade Índia e Paquistão. Contudo, a união aduaneira é imperfeita, onde a partir das crises de 2001 e 2002 na Argentina, ela degradou-se ainda mais, sobretudo nos últimos quatro anos, já que a Argentina passa a ter comércio administrado. Esta violação é reagida de maneira permissiva pelo Brasil, pois há uma afinidade ideológica entre os líderes dos países na última década.

A política externa brasileira vê, de maneira simplista, o mundo marcado por uma divisão entre Norte e Sul. Claramente este tipo de divisão, como Oriente versus Ocidente, é incompatível com a complexidade do sistema internacional atual.

O Brasil também subestimou a centralidade dos EUA, onde foi vislumbrado se um declínio significativo do país, em contrapartida à ascensão da China. A economia americana segue, contudo, como a mais inovadora, como aquela economia com a maior capacidade de se reinventar. É necessário deixar de subestimar os EUA, embora sua centralidade seja menor do que fora no passado. Não há uma multipolaridade simétrica, mas uma multipolaridade ancorada nos EUA.

O Brasil priorizou, erradamente, a demanda pelo assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Uma análise elementar revelaria, contudo, que a resistência dos poderes estabelecidos não permitiria, tampouco indicaria, uma reforma iminente nesta estrutura. Havia apenas dois países do Conselho de Segurança comprometidos com a reforma, a saber, Reino Unido e França. A posição ambivalente dos demais mostrava que EUA, Rússia e China eram contra. Em suma, um investimento gigantesco e utópico.

A precária defesa dos direitos humanos no Brasil não é compatível com uma democracia, defende o expositor. A política dos últimos anos foi de quase permanente apoio ao esvanecimento de sociedades democráticas, sintetizado no caso iraniano ou venezuelano, ao invés de condená-las.

Houve também uma ilusão da capacidade dos BRICS. Este é um agrupamento profundamente heterogêneo, seu único ponto de acordo é a reivindicação de maior poder no FMI e no Banco Mundial. Apenas a China tem se beneficiado desse processo. De modo que, os interesses são contraditórios, enquanto que Rússia e a própria China instrumentalizam o agrupamento para defender-se de acusações de potências ocidentais.

Há uma posição conservadora na governança ambiental global. O país sempre teve uma postura extremista do princípio de responsabilidade comum e diferenciadas, com forte proeminência às responsabilidades comuns, com a ideia de responsabilidade histórica extremada. É uma doutrina que tem que ser equilibrada. O mesmo ocorre no G-20, há uma resistência no avanço da governança global. Quando a União Europeia (UE) propôs, na Cúpula de 2009, que a mudança climática tivesse que ser o objetivo principal do grupo, assim como a governança econômica, o Brasil foi parcialmente responsável pelo insucesso dessa proposta, perdendo a oportunidade para superar a crise pelo desenvolvimento de baixo carbono.

Há uma acomodação da estrutura brasileira em exportar commodities, uma inércia sistêmica, que se reflete na conduta brasileira de sempre se acomodar com o passado. O país cresce na direção do agronegócio, o que acaba por contribuir no isolamento brasileiro das cadeias de valor.

Por fim, a recente proposta do Itamaraty em criar um espaço formal de participação da sociedade não é um processo consistente de aumento de transparência. Seria necessário refletir sobre a construção de um conselho de relações exteriores ou de segurança internacional formado por especialistas, acadêmicos e não-acadêmicos, de posições pluralistas. Este desenho teria, sim, potencial para incrementar a transparência da política externa no Brasil.

### **Eduardo Felipe Matias**

O expositor afirma que o país não entende a globalização, deixando de se tornar um ator mais competitivo. Fala-se em carga tributária, infraestrutura, mas no campo internacional algumas medidas têm ser tomadas: é fundamental compreender melhor a globalização.

A revolução tecnológica dos anos 90 faz desse período algo único, que afeta a forma de organização da sociedade e das empresas. As últimas fragmentam sua produção, onde os países acabam se especializando em suas vantagens competitivas e permitindo que o país se insira nas cadeias globais de valor.

Nas primeiras décadas do século XX, a produção era verticalizada. No final dos anos 1980 emerge o sistema *just-in-time*. Ou seja, essas mudanças demandam uma nova compreensão do comércio internacional. A produção é, atualmente, mundial. O país que não participa desse movimento, deixa de ter acesso a insumos mais baratos, fazendo com que o país perca produtividade, por conseguinte, competitividade e, ulteriormente, perda de bem estar da população.

Pra participar dessas cadeias produtivas, no âmbito internacional, precisa-se de garantia de que os investimentos no país serão bem tratados e serão escoados de maneira segura. Ou seja, é preciso estar atento às regras para investimento externo direto (IED) e para aquelas relacionadas ao comércio exterior. E tanto o investimento externo direto (IED) e o comércio internacional contam com uma ampla rede de acordos internacionais de que o país não participa.

No Brasil, ignora-se a globalização jurídica em curso. Tanto nossa rede de proteção de investimentos, quanto a de acordos internacionais estão defasadas. No comércio internacional, a posição do país é marcada por uma baixa inserção. O Brasil apostou em agendas que estão paradas, o MERCOSUL e a Rodada Doha da OMC.

O resultado disso é que desde 1991, o Brasil tem três acordos de livre-comércio, onde só um está em vigor. Isso é particularmente perigoso, considerando a onda de acordos liberalizantes dos últimos anos, como a Aliança do Pacífico e o acordo entre União Europeia e EUA. Metade dos acordos de livre-comércio surgiu nos últimos dez anos. Portanto, as empresas brasileiras perdem espaço. Os acordos criam padrões e regras que extrapolam o livre-comércio, ou seja, o país está de fora dos processos que definem essas regras.

Pelo lado dos tratados de IED – os Tratados Bilaterais de Investimento –, o Brasil não ratificou nenhum desses acordos. E, desde 2009, não há nenhum acordo para evitar bitributação. Logo, poucas empresas brasileiras estão integradas ao sistema internacional, as exportações brasileiras têm uma proporção elevada de conteúdo local, mostrando falta de percepção da nova realidade.

A segunda tendência que nós temos ignorado é a sustentabilidade. O principal papel dos Estados na sustentabilidade é induzir práticas sustentáveis, para modificar a natureza das empresas, por exemplo. O Estado deve interferir na governança corporativa se for possível. As empresas têm que receber sinais que a sustentabilidade é o foco para o Estado, adaptando-se a esta tendência.

Além da tributação voltada para uma economia mais verde, o Estado poderia privilegiar produtos verdes, viabilizando um mercado para esse segmento, impulsionando as tecnologias de baixo carbono. Permitindo que as empresas deixem de ver essa tendência como um risco, mas sim como uma oportunidade.

O Brasil teria condições plenas de assumir esse papel, o país sairia na frente, assegurando uma vantagem competitiva no plano internacional. Tanto as políticas nacionais, quanto internacionais caminham no caminho inverso, ao invés de ter uma postura vanguardista, o Brasil tem uma postura tímida.

## **PARTE II - Debate**

Camila Assano concorda com o posicionamento de Viola sobre a proposta brasileira de reforma do Conselho de Segurança, só que por outra perspectiva, enfatizando que esta proposta foi creditada como responsável pela superação de alguns dos principais problemas do sistema internacional, o que não é verdade. Por sua vez, a proposta dos chamados “Small five” é mais condizente com a disposição de forças no Conselho de Segurança. No entanto, reitera que o conselho tem um formato anacrônico.

Também concorda com a ambiguidade da posição brasileira em relação a países autoritários e desrespeito a direitos humanos. No entanto, essa ambiguidade vem desde os anos Fernando Henrique Cardoso. O Itamaraty defende-se afirmando que a superação desses problemas se dá por outros mecanismos, além de “apontar e acusar”, sobretudo à luz do respeito aos direitos humanos no Brasil, como no sistema prisional nacional, por exemplo.

João Paulo Capobianco, presidente do IDS, questiona Eduardo Viola sobre a inexorabilidade da tendência da sustentabilidade. O presidente aponta que a falta de visão sobre a relevância da sustentabilidade é interna e externa, sendo impossível encerrá-la apenas no MRE. Questiona-se, portanto, qual seria o processo necessário para que o país e sua diplomacia tenham uma posição menos refratária ao tema.



Eduardo Viola afirma que a própria sociedade não enxerga relevância, o próprio MRE teve uma posição ainda mais refratária, servindo como repressor de inovações no tema, advindas da sociedade. Mesmo assim, houve avanços, especialmente a Lei de Mudança Climática, esta lei sintetiza um ciclo virtuoso que mudou a materialidade e a política externa brasileira por um ano.

As forças reformistas não tiveram dentro do governo Lula poder para consolidar a vitória. A queda do desmatamento continuou, mas as políticas públicas não seguiram esta tendência. Nesses anos, houve um retrocesso, embora as conquistas recentes permitam novos avanços. É fundamental inserir o Brasil numa cadeia de valor sustentável, isso é possível.

Eduardo Felipe Matias defende que o Brasil deva ter uma postura mais arrojada primeiramente no âmbito doméstico para adotar uma posição mais arrojada no âmbito internacional. Esta ordem lógica não só garante que a posição brasileira seja coerente, como permite que o Brasil reflita sobre como instrumentalizar esse poder adquirido nacionalmente.

### **1ª Rodada de Participação dos Convidados**

José Eli da Veiga coloca que as exposições da roda mostram que a política externa brasileira não atende ao interesse nacional – ilustrando um grande paradoxo do Brasil. No entanto, o participante defende que falta explicitar as razões pelo atual estado ou panorama do tema no país. Veiga enfatiza que foi um encontro de empresas que fez o Itamaraty pender para as forças progressistas dentro da era Lula. Assim, ele acha errado responsabilizar os atores por sua ideologia. Segundo ele, o contexto em que Lula ganhou a eleição fez com que ele se tornasse “despachante” de alguns interesses do empresariado brasileiro. Em outras palavras, se questiona, extrapolando a ideologia, se qualquer candidato terá condições reais de impor diferenças, considerando os grupos econômicos que dão sustentação a cada um dos candidatos. Não seria mais proveitoso refletir sobre qualquer posicionamento à luz da sustentação política de cada grupo político? De qualquer forma, sem saber as razões que levaram à atual circunstância, não é possível inferir sobre as possibilidades de mudança.

Eduardo Viola coloca que a escolha de alguns dirigentes se deve à força da militância petista. Os nomes visavam, então, caracterizar a política externa como uma petista, controlando dissidências do partido. No entanto, progressivamente os interesses de Lula, do PT e do empresariado brasileiro convergiram, justificando, em parte, a aproximação do Brasil com a Venezuela, por exemplo. O expositor dá importância, portanto, à contextualização que Veiga chamou atenção. As causas desse panorama estão na mentalidade da sociedade brasileira e da

do empresariado brasileiro, embora ambas mentalidades representam um espectro de tendências diferentes. Para uma mudança significativa é necessário clareza.

Eduardo Felipe Matias coloca que ao refletir sobre a origem do atual panorama cai-se, novamente, na correlação de forças, onde um grupo se apropriou da política externa, seja por questões ideológicas ou econômicas. O importante é ressaltar que o interesse difuso ou geral da sociedade não se vê representado. Concomitantemente, a despeito de interesse e ideologia, algumas empresas estão reconhecendo que é necessário adaptar-se à nova realidade mundial, sobretudo à globalização.

Camila Assano ressalta dois elementos que estão muito presentes na política externa nacional atualmente. A projeção das empresas brasileiras se deve muito ao BNDES. Tem-se falado bastante sobre o papel do banco recentemente. E, embora ele possua cláusulas socioambientais, esta temática assumiu uma importância secundária na atuação do banco, incluindo a internacionalização de empresas brasileiras.

Os projetos de cooperação Sul-Sul vem provocando distúrbios totalmente incompatíveis com um Estado democrático de direito, tampouco respeita os direitos humanos. Como a ação de grandes empresas brasileiras, como a Vale, no continente africano, por exemplo.

## **2ª Rodada de Participação dos Convidados**

Glauca Barros ficou curiosa a respeito da possibilidade do Brasil ser um player latino-americano e a relação que o continente tem com as duas tendências apresentadas pelos expositores, em especial Eduardo Matias.

Eduardo Viola defende que o continente é fundamental para o Brasil. Hoje, o MERCOSUL é um regionalismo “de clube de amigos”. A Aliança do Pacífico representa o eixo do continente que está inserido nas cadeias produtivas globais. O Brasil está acuada na América Latina, isso desmascara a inconsistência do MERCOSUL e pode induzir mudanças no futuro próximo. Na América do Sul os países mais modernos, do ponto de vista político, são o Chile e o Uruguai, seguidos pelo Brasil. Caso o isolamento brasileiro não seja revertido, Peru e Colômbia podem ultrapassá-lo.

Eduardo Felipe Matias endossa que o Brasil é um player latino-americano e global. Assim, a Aliança do Pacífico, embora regional, está voltada para fora, vide os esforços de alguns de seus membros para firmar alianças com EUA e Austrália, por exemplo.

Camila Assano mostra que o número de violações de tratados por empresas vem crescendo exponencialmente, sobretudo naqueles projetos de infraestrutura. Ante a isso, o Brasil tem a pior postura possível, como a própria posição do país na construção da usina de Belo Monte. Aqueles que serão diretamente afetados por ela são duramente respondidos pelo governo. O país adotou uma postura profundamente refratária no órgão competente de direitos humanos no sistema americano. Perigosamente, a postura brasileira pode abrir um precedente.

João Paulo Capobianco trata do MERCOSUL. Qual seria o caminho? Encerrar o MERCOSUL, fundi-lo a outros blocos?

Eduardo Viola afirma que o MERCOSUL tem que deixar de ser união aduaneira, pois não o é. Seria melhor adotar um objetivo mais modesto e condizente com os membros do bloco e seus integrantes. Posteriormente, o Brasil fica livre para negociar com a Aliança do Pacífico. Isso é necessário porque o MERCOSUL não funciona apropriadamente, como união aduaneira. Segundo o expositor, Paraguai e Uruguai adeririam. É uma oportunidade para o país se tornar o país da América Latina mais avançado para impulsionar cadeias de valor sustentáveis.

Eduardo Felipe Matias concorda com Viola e a necessidade de tornar os objetivos do bloco menos audaciosos, deixando de ser uma união aduaneira, já que este modelo impede que o país celebre acordos comerciais que lhe seriam proveitosos. Esta é uma questão que ganhou maior relevância recentemente. Acabar com o MERCOSUL não é uma opção, à luz de tudo o que este representou até hoje, mas regredir é uma alternativa viável, permitindo que o Brasil celebre acordos bilateralmente ou multilateralmente.

### **PARTE III – Encerramento**

#### **Pontos a serem discutidos futuramente**

- ✓ Regressão do MERCOSUL, deixando de ser uma união aduaneira, algo incompatível com os interesses de alguns de seus membros e que impede a integração brasileira no mundo;
- ✓ Incrementar a transparência e a clareza da política externa brasileira para compreender a estratégia adotada. Para fazê-lo deve-se: formar um conselho de especialistas ou assegurar uma maior participação da sociedade civil?
- ✓ Abandonar agendas que estão paradas, OMC e MERCOSUL, buscando alternativas em acordos bilaterais e/ ou multilaterais e;
- ✓ O país deve adotar uma postura ativa e indutora nacionalmente para que o empresariado brasileiro reconheça que a sustentabilidade representa uma oportunidade e não uma perda, assim, o Brasil poderá largar na frente no sistema internacional.

#### **Consensos e conclusões que possam ser incorporados à Plataforma**

- ✓ O MRE tem dificuldades em lidar com demandas por informação e em compreender a globalização e a sustentabilidade;
- ✓ O Brasil precisa propor, não só identificar problemas;
- ✓ O país está isolado das cadeias de valor no mundo;
- ✓ A diplomacia brasileira dividiu, de maneira simplista, o mundo em dois, Norte e Sul;
- ✓ Foi um erro todos os recursos e o afinco dedicado pelo país à reforma do Conselho de Segurança da ONU;
- ✓ Ambivalência nacional ao apoiar países que desrespeitam regimes de direitos humanos, além de adotar uma posição conservadora também no que diz respeito à sustentabilidade e;
- ✓ O interesse difuso da sociedade nacional não se vê representado na política externa brasileira atual.